

**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB
ESTADO DE SÃO PAULO**

ATA da 307ª Reunião da CIB

DATA/HORÁRIO: 10/12/2020 – 14h30min
LOCAL: Sala de Reuniões do CES

MEMBROS TITULARES (presentes)

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano
Sra. Jovana T. Constantinidou Mascarenhas
Dra. Alexandra M. Fidêncio
Dra. Magali Vicente Proença
Dra. Regiane A. Cardoso de Paula
Dr. Geraldo Reple Sobrinho
Dra. Carmem Sílvia Guariente
Dra. Adriana Martins de Paula

MEMBROS SUPLENTE (presentes)

Carlos Alberto de Castro Soares
Nelson Yatsuda
Eliana de Fátima Paulo

Participantes: (listados apenas os nomes legíveis)

Alexandre Xavier
Aparecida Linhares Pimenta
Arnaldo Sala
Brigina Kemp
Carolina Zanatta
Dirce Cruz Marques
Elaine Maria Giannotti
Maria do Carmo R. S. Camis
Sônia Freire

I. Aprovação da ATA anterior

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP, cumprimenta a todos e inicia os trabalhos da 307ª reunião CIB. Inicialmente agradece a cada um dos colaboradores do SUS aqui representados pelos Coordenadores da SES e Secretários Municipais de Saúde, bem como, todos que nos assistem pelo Canal da CIB/SP desejando um bom trabalho a todos.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, cumprimenta a todos e diz que foi um ano bastante difícil e que a pandemia trouxe alguns desafios e observa que houve uma grande aproximação entre Estado e Municípios mesmo com todas as diferenças. Desejando a todos uma reunião produtiva.

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES, cumprimenta a todos e informa que irá conduzir os trabalhos da 307ª reunião da CIB, por motivo de férias, da Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS. Em seguida pergunta se há alguma observação a ser feita em relação à ata anterior. Na ausência de manifestações a mesma é aprovada por unanimidade.

II. Homologações

1. Credenciamentos:

1.1 Hospital Dia – Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28/09/2017: Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde, Capítulo V – Das Disposições Finais – Anexo 1, do Anexo XXIV – Da modalidade de assistência em regime de hospital-dia.

1.1.1 DRS 6 – Município de Jaú – credenciamento para realização de procedimentos cirúrgicos, diagnósticos e terapêuticos em regime de Hospital-Dia, **Hospital Amaral Carvalho de Jaú, CNPJ 50.753.755/0001-35, CNES 2083086**, sob a gestão estadual, disponibilizando 8 leitos para esta finalidade. Não gera impacto financeiro. Solicitação aprovada na reunião da CIR Jaú - ATA nº 11/2020.

1.2 Esterilização Cirúrgica / Laqueadura Tubária - Portaria SAS/MS nº 48, de 11/02/99, Resolução SS 05, de 11/01/00 e PT GM/MS nº 1.319, de 05/06/07.

1.2.1 DRS 1 – Município de Santana de Parnaíba – credenciamento para realização de Laqueadura Tubária, do **Hospital e Maternidade Santa Ana, CNPJ 146.522.983/0001-27, CNES 2072513**, sob a gestão municipal. Não gera impacto financeiro. Solicitação aprovada na reunião da CIR Rota dos Bandeirantes de 26/11/2020.

1.3 UTI Adulto – Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017 – Consolidação das normas sobre as redes do SUS, Título X – Do Cuidado Progressivo ao Paciente Crítico ou Grave, Artigos 144 a 148 e Anexo. Portaria GM/MS nº 3.992, de 28/12/2017 que altera a Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017 – Normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS, Título III.

1.3.1 DRS 11 – Município de Presidente Prudente – credenciamento de 10 leitos de UTI Adulto no Tipo II, código de habilitação 26.01 no CNES, Fundação Hospital Regional do Câncer da Santa Casa de Misericórdia de Presidente Prudente, CNES 7400926, sob a gestão estadual. Solicitação aprovada pelas CIR da área de abrangência do DRS XI de Presidente Prudente no mês de outubro. Impacto financeiro: R\$ 1.397.862,40/ano.

1.4 UCINCa – Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017 – Consolidação das normas sobre as redes do SUS, Título IV – Das diretrizes e objetivos para a organização da atenção integral e humanizada ao recém nascido grave ou potencialmente grave e os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidade Neonatal no âmbito do SUS. Portaria GM/MS nº 3.992, de 28/12/2017 que altera a Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017 – Normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS, Título III.

1.4.1 DRS 1 – Município de São Paulo – Credenciamento de 2 leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru – UCINCa, código de habilitação 28.03 no CNES, Casa de Saúde Santa Marcelina, CNPJ 60.742.616/0001-60, CNES 2077477, sob a gestão estadual. A Unidade integra o PAR da Rede Cegonha da RRAS 6, aprovado e publicado na Portaria GM/MS 1668, de 20/08/2014. Incentivo financeiro anual: R\$ 87.600,00

1.5 Terapia Renal Substitutiva – TRS Portarias de Consolidação nº 3/GM/MS e nº 6/GM/MS, de 28/09/2017, Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28/12/2017, Portaria nº 1.675/GM/MS, de 7/6/2018, Portaria nº 3.415/GM/MS, de 22/10/2018 e Portaria nº 3.603/GM/MS, de 22/11/2018

1.5.1 DRS 1 – Município de São Paulo – Desabilitação dos códigos 15.04 – Atenção Especializada em DRC com Hemodiálise e 15.05 - Atenção Especializada em DRC com Diálise Peritoneal, **Clínica SEDIT – SERVIÇOS MÉDICOS LTDA – Unidade Mooca**, CNES 2065673, gestão municipal. Justificativa do Gestor: rescisão do contrato em 01/02/2020. Aprovada na reunião virtual da CIR São Paulo – RRAS 06, de 09/10/2020.

1.5.2 DRS 1 – Município de São Paulo – Desabilitação dos códigos 15.04 – Atenção Especializada em DRC com Hemodiálise e 15.05 - Atenção Especializada em DRC com Diálise Peritoneal, **Clínica de Nefrologia Santa Rita LTDA - Clinefro**, CNES 2048078, gestão municipal. Justificativa do Gestor: encerramento do contrato em 31/03/2020. Aprovada na reunião virtual da CIR São Paulo – RRAS 06, de 09/10/2020.

Relatoria: CRS/SES

2. Portaria GM/MS 2.226, de 18/09/2009 – Liberação da 3º Parcela – referente à Política Nacional de Atenção Básica – Implantação de Unidade Básica de Saúde.

DRS	MUNICIPIO	Nº PROPOSTA	Certificado de Conclusão
GRANDE SÃO PAULO	PIRAPORA DO BOM JESUS	13894983000114002	OK

Relatoria: AB/CRS/SES

3. Requalifica UBS/Sistema de Monitoramento de Obras – SISMOB.

3.1 Cancelamento de Propostas:

DRS	MUNICIPIO	Nº PROPOSTA/COMPONENTE	JUSTIFICATIVA
RIBEIRÃO PRETO	BATATAIS	104276540001/16003 – Ampliação.	O valor total do recurso de R\$ 99.750,00, é insuficiente para a realização da obra conforme projeto que contemplasse as necessidades da UBS. Foi descartada a possibilidade de contrapartida do município.

Relatoria: AB/CRS/SES

4. Portaria GM/MS nº 381 de 06 de fevereiro de 2017 - Dispõe sobre as transferências, fundo a fundo, de recursos financeiros de capital ou corrente, do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios destinados à execução de obras de construção, ampliação e reforma. Art. 4º A proposta de projeto para recebimento de transferência de recursos financeiros fundo a fundo para obra deverá estar embasada em um planejamento integrado, nos seguintes termos: I - as obras financiadas fundo a fundo deverão inserir-se em plano de saúde e programação anual de saúde, assim como discutidas e pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), com previsão dos recursos necessários para operação e manutenção, e a necessidade de responsabilidade compartilhada sobre o custeio, caso se aplique.

DRS	MUNICIPIO	Nº PROPOSTA	COMPONENTE	Valor
MARÍLIA	ORIENTE	14112207000118004	Reforma	99.983,00

Relatoria: AB/CRS/SES

5. Emenda Parlamentar Federal.

a. Gestão Municipal:

DRS	MUNICÍPIO	NOME DA UNIDADE	Nº DA PROPOSTA	Objeto	Valor Solicitado	Contrapartida (se houver)
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	CASA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA BRANCA	36000.271590/2019-00	INCREMENTO PAB	250.000,00	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	CASA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA BRANCA	36000.269246/2019-00	INCREMENTO PAB	190.000,00	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	CASA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA BRANCA	11839.940000/1190-07	EQUIPAMENTO	250.000,00	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	CASA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA BRANCA	11839.940000/1190-09	EQUIPAMENTO	250.000,00	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	CASA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA BRANCA	36000.282757/2019-00	INCREMENTO MAC	150.000,00	

SÃO JOÃO DA BOA VISTA	CASA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA BRANCA	36000.287998/2019-00	INCREMENTO MAC	100.000,00	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	CASA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA BRANCA	36000.307261/2020-00	INCREMENTO PAB	100.000,00	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	CASA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA BRANCA	36000.307262/2020-00	INCREMENTO PAB	100.000,00	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	CASA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA BRANCA	11839.940000/1200-01	EQUIPAMENTO	100.000,00	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	CASA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASA BRANCA	36000.305294/2020-00	INCREMENTO MAC	272.000,00	
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	NOVA GRANADA	SMS DE NOVA GRANADA	36000.3471282/02-000	INCREMENTO MAC	386.055,00	-
GRANDE SÃO PAULO	COTIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CNES 7115768	36000.3476172/02-000	INCREMENTO PAB	500.000,00	-

Relatoria: CRS/SES

6. Municípios contemplados mediante Portarias Específicas com Recursos Federais repassados na modalidade Programa/Ação – Propostas Cadastradas no Fundo Nacional de Saúde, mediante Programas/Ações definidos pelo Ministério da Saúde.

a) Gestão Municipal:

DRS	MUNICÍPIO	UNIDADES CONTEMPLADAS	Nº Proposta	Portaria	AÇÃO	VALOR
GRANDE SÃO PAULO	EMBU DAS ARTES	UNIDADE MISTA E MATERNIDADE CENTRAL CNES 2077078	17299.6210001/20-005	Portaria 3186 de 26/11/2020	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE; Reorganização das unidades que prestam assistência às gestantes, parturientes, recém-nascidos e puérperas, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente do Coronavírus.	578.963,00

Relatoria: CRS/SES

7. Adequação de Plano de Trabalho para execução de recursos, para aquisição de equipamentos.

DRS	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	GESTÃO	Nº DA PROPOSTA	VALOR DO RECURSO	Portaria de Habilitação da proposta	Portaria de execução do recurso	Resolução CIT/MS
SOROCABA	VOTORANTIM	FMS	MUNICIPAL	112094720001150-07	219.568,04	2028/15	3.134, de 17/12/2013	CIT/MS 22 de 27/07/2017
SOROCABA	VOTORANTIM	FMS	MUNICIPAL	112094720001170-01	79.650,00	1730/17	3.134, de 17/12/2013	CIT/MS 22 de 27/07/2017
SOROCABA	VOTORANTIM	FMS	MUNICIPAL	112094720001170-03	69.200,00	1730/17	3.134, de 17/12/2013	CIT/MS 22 de 27/07/2017
SOROCABA	VOTORANTIM	FMS	MUNICIPAL	112094720001150-04	200.000,00	1832/15	3.134, de 17/12/2013	CIT/MS 22 de 27/07/2017
SOROCABA	VOTORANTIM	FMS	MUNICIPAL	112094720001180-04	148.100,00	896/18	3.134, de 17/12/2013	CIT/MS 22 de 27/07/2017
SOROCABA	VOTORANTIM	FMS	MUNICIPAL	112094720001150-08	163.098,34	2028/15	3.134, de 17/12/2013	CIT/MS 22 de 27/07/2017
SOROCABA	VOTORANTIM	FMS	MUNICIPAL	112094720001180-03	191.900,00	1730/17	3.134, de 17/12/2013	CIT/MS 22 de 27/07/2017
SOROCABA	VOTORANTIM	FMS	MUNICIPAL	112094720001170-03	69.200,00	1730/17	3.134, de 17/12/2013	CIT/MS 22 de 27/07/2017

Relatoria: CRS/SES

8. Rede Cegonha

8.1 Aprovação da **revisão do Plano de Ação da RRAS 15** – Campinas/São João da Boa Vista.

Relatoria: CRS/SES

9. UPA – Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

9.1 Município de Tatuí – **habilitação** para custeio da UPA 24h – Porte II, Opção de Custeio VIII, CNES 0256293.

Relatoria: CRS/SES

10. Referendar Deliberações CIB *ad referendum*, publicadas antes da reunião da CIB, de 10/12/2020 abaixo relacionadas:

Nº DELIBERAÇÃO	ASSUNTO	DATA/PUBLICAÇÃO - D.O.E.
104	AD REFERENDUM RECURSOS PARCELA ÚNICA SANTA CASA DE BARRETOS	26/11/2020
105	AD REFERENDUM RECURSOS PARCELA ÚNICA SANTA CASA DE FRANCA	27/11/2020
106	AD REFERENDUM da 11ª REMESSA – Mapa Leitos de UTI COVID-19, para o Estado de São Paulo.	05/12/2020
107	AD REFERENDUM RECURSOS_MS PARA FUNDAÇÃO PIO XII DE BARRETOS	10/12/2020

Relatoria: CPS/SES

Encaminhamento: Todos os itens foram aprovados

III. DISCUSSÕES/PACTUAÇÕES

1. Transferências de Teto.

1.1 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS de Bauru e DRS de Araraquara.

DRS	MUNICÍPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
ARARAQUARA	ARARAQUARA	96.419,83		Recebe o valor de R\$ 96.419,83/ano, transferidos da Fundação Dr. Amaral Carvalho - Jaú, CNES 2083086, gestão estadual, referente aos procedimentos ambulatoriais de alta complexidade em Terapias do Aparelho Geniturinário (Litotripsia), que serão realizados pela Uroclínica SS Ltda. EPP, CNES 3789462, da gestão municipal de Araraquara, para atendimento dos municípios das Regiões de Saúde Norte e Centro-Oeste do DRS III, conforme aprovado em ATA nº 10/2020 da Reunião Ordinária, de 13/10/2020, da CIR Jaú.

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência de Janeiro de 2021.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

DRS	MUNICÍPIO / INSTITUIÇÃO	GESTÃO	TRANSFERE (T) RECEBE (R)	Procedimentos por Sub Grupos	Quantidade Física anual Procedimentos	Valor Médio do Procedimento na tabela SUS	Valor financeiro anual a ser
-----	-------------------------	--------	---------------------------------	------------------------------	---------------------------------------	---	------------------------------

					Correspondentes		transferido
6	Fundação Dr. Amaral Carvalho - Jaú CNES 2086083	GE/MAC	T	0303	619	155,77	96.419,83
3	Município de Araraquara Uroclínica SS Ltda. EPP, CNES 3789462.	GM/MAC	R	0303	619	155,77	96.419,83
TOTAL							96.419,83
Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência Janeiro de 2021.							

1.2 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS da Baixada Santista.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
BAIXADA SANTISTA	PERUÍBE	447.746,72		Recebe valor de R\$ 447.746,72/ano do Teto financeiro MAC da Gestão Estadual para a Maternidade de Peruíbe (CNES 9297715), referente a 1.096 partos/ano, programados na PPI para gestantes do Município de Peruíbe que, por motivo de fechamento para reforma do Hospital Municipal de Peruíbe, estavam sendo realizados no Hospital Regional Jorge Rossmann em Itanhaém (CNES 2087804).

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência de janeiro de 2021.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

DRS	MUNICIPIO/INSTITUIÇÃO	GESTÃO	TRANSFERE (T) RECEBE (R)	Procedimentos por Sub Grupos	Quantidade Física anual Procedimentos Correspondentes	Valor Médio do Procedimento na tabela SUS	Valor financeiro anual a ser transferido
BAIXADA SANTISTA	HOSPITAL REGIONAL JORGE ROSSMANN	E	T	AIH/ OBSTETRÍCIA	1096	408,53	447.746,72
	PERUÍBE	M	R	AIH/ OBSTETRÍCIA	1096	408,53	447.746,72

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência de janeiro de 2021.

1.3 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS de Bauru e DRS Grande São Paulo.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
GRANDE SÃO PAULO	DIADEMA	R\$ 18.140,50		Recebe o valor de R\$ 18.140,50/ano, da transferência de 01 paciente morador egresso do Cais Clemente Ferreira de Lins, CNES 2081725, sob Gestão Estadual, para o Serviço de Residência Terapêutica do município de Diadema da Gestão Municipal. A base de cálculo refere-se as diárias do Hospital Psiquiátrico Classe N I até 160 leitos. A referida transferência foi aprovada pela CIR - Comissão Intergestores Regional - Lins em Reunião Ordinária de 19/10/2020 - Ata nº 10/2020.

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência de Janeiro de 2021.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

DRS	MUNICIPIO / INSTITUIÇÃO	GESTÃO	TRANSFERE (T) RECEBE (R)	Procedimentos por Sub Grupos	Quantidade Física anual Procedimentos Correspondentes	Valor Médio do Procedimento na tabela SUS	Valor financeiro anual a ser transferido
6	Cais Clemente Ferreira de Lins CNES 2081725	GE/MAC	T	0303	365	49,70	18.140,50
	Serviço de Resid. Terap. Prefeitura Mun. Diadema - IBGE 3513801	GM/MAC	R	0303	365	49,70	18.140,50

* valor da diária x nº pacientes x 365 dias

18.140,50

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência Janeiro de 2021.

1.4 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS de Bauru.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
BAURU	JAÚ		R\$ 35.781,96	Transfere o valor de R\$ 35.781,96/ano, do Teto MAC da Santa Casa de Jaú, CNES 2791722, Gestão Municipal para o Hospital Estadual de Bauru, CNES 2790602, Gestão Estadual, referente aos 84 procedimentos hospitalares de alta complexidade em ortopedia pediátrica, conforme aprovado em ATA nº 09/2020 da Reunião Ordinária nº 15/09/2020, da CIR Jaú.

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência de Janeiro de 2021.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

DRS	MUNICIPIO / INSTITUIÇÃO	GESTÃO	TRANSFERE (T) RECEBE (R)	Procedimentos por Sub Grupos	Quantidade Física anual Procedimentos Correspondentes	Valor Médio do Procedimento na tabela SUS	Valor financeiro anual a ser transferido
BAURU	Irmandade de Misericórdia de Jaú Santa Casa de Jaú CNES 2791722	GM/MAC	T	0408	84	425,98	35.781,96
	Hospital Estadual de Bauru CNES 2790602	GE/MAC	R	0408	84	425,98	35.781,96
TOTAL							35.781,96

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência Janeiro de 2021.

1.5 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS de Bauru e DRS Grande São Paulo.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
GRANDE SÃO PAULO	SÃO PAULO	46.395,15		Recebe o valor de R\$ 46.395,15/ano, referente as diárias de internação de 03 pacientes morador egresso da Associação Hospitalar Thereza Perlatti de Jaú, CNES 2790653, sob Gestão Estadual, para o Serviço de Residência Terapêutica do município de São Paulo da Secretaria Municipal de Saúde CNPJ 46.392.148/0001-10. A base de cálculo refere-se a diárias de Hospital Psiquiátrico Classe N II 161 a 240 leitos. A referida transferência foi aprovada pela CIR - Comissão Intergestores Regional - Jaú em Reunião Ordinária de 15/09/2020 - Ata nº 09/2020.

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência de Janeiro de 2021.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

DRS	MUNICIPIO / INSTITUIÇÃO	GESTÃO	TRANSFERE (T) RECEBE (R)	Procedimentos por Sub Grupos	Quantidade Física anual Procedimentos Correspondentes	Valor Médio do Procedimento na tabela SUS	Valor financeiro anual a ser transferido
6	Assoc. Hospitalar Thereza Perlatti de Jaú CNES 2790653	GE/MAC	T	0303	1.095	42,37	46.395,15
1	Serviço de Resid. Terap. Prefeitura Mun. São Paulo - IBGE 3550308	GM/MAC	R	0303	1.095	42,37	46.395,15
* valor da diária x nº pacientes x 365 dias							46.395,15

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência Janeiro de 2021.

1.6 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS de São João da Boa Vista.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	70.426,75		Recebe a importância de R\$ 70.426,75/ano do teto financeiro MAC da GESTÃO ESTADUAL referente a transferência de 5 pacientes alocados no INSTITUTO BEZERRA DE MENEZES - ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (CNES 2084384 NÍVEL III - PT MS/SAS 423, 30/11/2009) para Residência Terapêutica no município de ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (351518) em GESTÃO MUNICIPAL.

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência JANEIRO de 2021.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

TRANSFERÊNCIAS ENTRE GESTORES NA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DRS XIV E DRS I	GESTÃO/TIPO DE FINANCIAMENTO	TRANSFERE (T) RECEBE (R)	QUANTIDADE (FÍSICO)	VALOR DIÁRIA PT 2.664 28-10-2009	VALOR TOTAL ANUAL
Instituto Bezerra de Menezes - Espírito Santo do Pinhal (CNPJ 54.228.366/0002-22 - CNES 2084384 NÍVEL III-PT MS/SAS 423, 30/11/2009)	GE / MAC	(T)	RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS 5 paciente	38,59	70.426,75
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (351518)	GM / MAC	(R)	RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS 5 paciente	38,59	70.426,75

1.7 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS de Sorocaba.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
SOROCABA	ITU	22.592.883,12		Recebe da Gestão Estadual recursos no valor anual de R\$ 22.592.883,17 (vinte e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, oitocentos e oitenta e três reais e doze centavos) sendo 4.540.954,44/ anuais para procedimentos SIA e 11.339.611,08/ anuais, corresponde a 501 AIH/mês. E ainda, 6.232.317,60 anuais para Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC) e 480.000,00 para ações de Organização de Procura de Órgãos (OPO), em decorrência da mudança de Gestão da Santa Casa de Itu, para a Gestão do Município enquanto perdurar a requisição desta, estabelecida por meio do Decreto Municipal nº 3.589 de 26 de novembro de 2020.

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência de Janeiro de 2021.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

DRS	MUNICIPIO / INSTITUIÇÃO	GESTÃO	TRANSFERE (T) RECEBE (R)	Procedimentos por Sub Grupos	Quantidade Física anual Procedimentos Correspondentes	Valor Médio do Procedimento na tabela SUS	Valor financeiro anual a ser transferido
16	ITU	GM	R	02.02 Diagnóstico em Laboratório Clínico	9.156	R\$ 3,73	R\$ 34.151,88
				02.03 Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia	516	R\$ 44,56	R\$ 22.992,96
				02.04 Diagnóstico por Radiologia	18.852	R\$ 9,05	R\$ 170.610,60
				02.05 Diagnóstico por Ultrassonografia	7.632	R\$ 27,86	R\$ 212.627,52
				02.06 Diagnóstico por Tomografia	10.308	R\$ 111,10	R\$ 1.145.218,80
				02.07 Diagnóstico por Ressonância Magnética	3.192	R\$ 268,75	R\$ 857.850,00
				02.09 Diagnóstico por Endoscopia	2.580	R\$ 68,41	R\$ 176.497,80
				02.11 Métodos Diagnósticos em Especialidades	21.540	R\$ 11,62	R\$ 250.294,80
				03.01 Consultas / Atendimentos / Acompanhamentos	18.264	R\$ 7,32	R\$ 133.692,48
				03.03 Tratamentos Clínicos (Outras Especialidades)	960	R\$ 37,32	R\$ 35.827,20
				03.06 Hemoterapia	72	R\$ 8,09	R\$ 582,48
				03.09 Terapias Especializadas	312	R\$ 158,89	R\$ 49.573,68

			04.01 Pequenas Cirurgias e Cirurgias de Pele, Tecido Subcutâneo e Mucosa	1.272	R\$ 31,33	R\$ 39.851,76
			04.05 Cirurgia do Aparelho da Visão	1.800	R\$ 771,60	R\$ 1.388.880,00
			04.07 Cirurgia do Aparelho Digestivo, Órgãos Anexos e Parede Abdominal	12	R\$ 51,75	R\$ 621,00
			04.08 Cirurgia do Sistema Osteomuscular	168	R\$ 37,75	R\$ 6.342,00
			04.13 Cirurgia Reparadora	384	R\$ 30,86	R\$ 11.850,24
			04.17 Anestesiologia	156	R\$ 22,27	R\$ 3.474,12
			01-Cirúrgico - MC	170	R\$ 1.528,05	R\$ 3.117.222,00
			02-Obstétricos-MC	150	R\$ 658,80	R\$ 1.185.840,00
			03-Clinico-MC	85	R\$ 1.704,71	R\$ 1.738.804,20
			07-Pediátricos Clínica -MC	39	R\$ 5.040,73	R\$ 2.359.061,64
			07-Pediátricos Cirúrgica - MC	19	R\$ 1.081,90	R\$ 246.673,20
			01-Cirúrgico-AC	35	R\$ 6.166,79	R\$ 2.590.051,80
			03-Clinico-AC	3	R\$ 2.734,76	R\$ 101.958,24
			Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC)		R\$ 519.359,80	R\$ 6.232.317,60
			Organização de Procura de Órgãos (OPO)		R\$ 40.000,00	R\$ 480.000,00
TOTAL						R\$ 22.592.883,12
Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência Janeiro de 2021.						

1.8 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS de São João da Boa Vista.

DRS	MUNICÍPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	50.055,57		RECEBE a importância de R\$ 50.055,27/ano do teto financeiro MAC da GESTÃO MUNICIPAL de SÃO JOSÉ DO RIO PARDO (IBGE 354970) referente a 27 PROCEDIMENTOS DE CLÍNICA CIRÚRGICA (UROLOGIA - VALOR MÉDIO 1.853,91) para o Hospital Francisco Rosas no município de ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (351518) em GESTÃO MUNICIPAL. Procedimentos serão realizados conforme pactuação que consta da ata da CIR AMPLIADA de 30/11/2020.
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO		50.055,57	TRANSFERE a importância de R\$ 50.055,27/ano do teto financeiro MAC da GESTÃO MUNICIPAL de São José do Rio Pardo (IBGE 354970) referente a 27 PROCEDIMENTOS DE CLÍNICA CIRÚRGICA (UROLOGIA - VALOR MÉDIO 1.853,91) para o Hospital Francisco Rosas no município de ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (351518) em GESTÃO MUNICIPAL. Procedimentos serão realizados conforme pactuação que consta da ata da CIR AMPLIADA de 30/11/2020.

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência JANEIRO de 2021.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

TRANSFERÊNCIAS ENTRE GESTORES NA REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DRS XIV E DRS I	GESTÃO/TIPO DE FINANCIAMENTO	TRANSFERE (T) RECEBE (R)	QUANTIDADE (FÍSICO)	VALOR MÉDIO ANUAL PROCEDIMENTO	VALOR TOTAL ANUAL PROCEDIMENTO
SÃO JOSÉ DO RIO PARDO (354970)	GM / MAC	(T)	27 PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS - UROLOGIA	1853,91	50.055,57
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL (351518)	GM / MAC	(R)	27 PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS - UROLOGIA	1853,91	50.055,57

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES, apresenta as transferências de teto informando que todas foram aprovadas na CIR, em seguida coloca para aprovação da CIB.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba e 1ª Vice-Presidente do COSEMS/SP coloca quanto ao remanejamento de teto da área de abrangência do

DRS de Sorocaba, ressaltando a preocupação do cumprimento das referencias pela Santa Casa de Itu, pois, o hospital é referencia regional.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP, relata que todos acompanharam as dificuldades referentes a esta situação até o presente momento e que culminou com este desfecho. Informa que foi agendado uma reunião com o prefeito de Itu e o compromisso do Estado será a manutenção de um recurso extra do Tesouro Estadual que até então era repassado diretamente ao antigo gestor. Ressalta que este recurso será mantido dentro desta operação para que as mesmas condições financeiras estejam preservadas para esta ação agora conduzida pelo município. Acrescenta que o município vai buscar uma alternativa própria de contratualização, com um parceiro para aquela unidade que a SES vai manter o financiamento. Complementa que o DRS já trabalha no suporte de referência.

Encaminhamento: Aprovado

2. Aprovação e Revalidação de Pleitos já Homologados, por solicitação do Ministério da Saúde.

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES, coloca para aprovação e revalidação de pleitos já homologados há mais de seis meses, por solicitação do Ministério da Saúde.

Encaminhamento: Aprovado

3. Aprovação de Ofício CIB ao MS – Previne Brasil

Arnaldo Sala, AB/CRS/SES cumprimenta a todos e coloca que este item trata da proposta de Ofício CIB para o Ministério da Saúde em relação ao financiamento da atenção básica para o ano de 2021. Explica que foram elaboradas algumas considerações em relação ao cenário epidemiológico da Covid e as perspectivas para o ano de 2021. Acrescenta que a questão da imunização irá mobilizar a atenção básica entre outros serviços, tanto para a vacinação quanto a retomada dos atendimentos de rotina que ficaram paralisadas nas unidades durante o ano de 2020. Coloca que as regras atuais de financiamento do programa “Previne Brasil” das portarias vigentes implicariam em uma redução importante do recurso financeiro dado em 2020, e também que, os municípios não conseguiram fazer o cadastramento das pessoas, da forma como estaria programado, bem como, não conseguiram também atingir as metas dos indicadores de desempenho, por conta da pandemia. Informa ainda que existe uma discussão entre o CONASS e o CONASEMS, para atualizar algumas dessas portarias no sentido de prorrogar o prazo de execução dos recursos, para 2021, para algumas circunstâncias de captação e a questão do desempenho no sentido de trazer propiciar uma situação um pouco

mais confortável para os municípios. Explica que faltam algumas questões, além destas que estão sendo discutidas, no âmbito do CONASS e CONASEMS e o Ministério, uma delas refere-se à questão da homologação de novas equipes de atenção primária e saúde da família, por serem condicionantes para o desenvolvimento das ações do serviço de saúde; a segunda questão é em relação às equipes de saúde prisional que já se encontra em discussão solicitando uma urgência para pautar a revisão desta política e o terceiro ponto que está sendo solicitado é um aumento per capita no valor de R\$ 3,00, fundo a fundo, do Ministério da Saúde aos municípios para o enfrentamento das questões da pandemia pelo corona vírus, que irão impactar 2021, quanto a vacinação e a retomada dos atendimentos.

Encaminhamento: Aprovado

4. Aprovação de Nota Técnica CIB – Mudança de Fluxo de Distribuição e avaliação do Palivizumabe (intra-hospitalar e ambulatorial).

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES cumprimenta a todos e apresenta a alteração no fluxo do fornecimento do Palivizumabe na rede. Informa que existe um protocolo respeitando a sazonalidade que a equipe da CCD avalia. Esclarece que a CCD apresentou as dificuldades enfrentadas com os avaliadores destes serviços e em conversa com a equipe da CAF sugeriu-se a possibilidade da CAF acolher as solicitações dentro do fluxo da farmácia do componente especializado. Informa que será feito um treinamento dos avaliadores do CEAF que irá realizar a avaliação. Ressalta que o fluxo de recebimento da documentação já era na FM e permanece, porém, a farmácia passa a fazer a operação da logística de distribuição que era feito do Centro de distribuição de logística para os CRIS. Coloca para aprovação a Nota Técnica.

Encaminhamento: Aprovado

5. Aprovação do Plano Estadual de Oncologia do ESP

Sonia Freire, CRS/SES cumprimenta a todos e inicialmente esclarece que a portaria nº 1.399, de 2019, revogou a portaria nº 140 e um dos artigos estabelece que se disponibilize no site da SES/SP, o Plano de Ação Estadual para diagnóstico e tratamento do Câncer. Informa que em reunião com o grupo condutor foi elaborado o plano macro com a proposta de se fazer a discussão das regiões e disponibilizar na página eletrônica da SES/SP a partir de janeiro/2021. Coloca que nas discussões do grupo condutor foram apontados os “nós críticos” em relação a oferta de serviço, que estão ou não habilitados, a baixa cobertura de: HPV, Papanicolau, mamografia e regulação principalmente da fila de espera tanto para exame como para cirurgia e radioterapia. Diz que em relação ao monitoramento da rede para cumprir os parâmetros da portaria nova precisa-se de uma estimativa de recursos de 759 milhões para Rede de Oncologia, atualmente está programado 645 milhões e em 2019 a produção foi de 731 milhões

um déficit financeiro claro na rede de oncologia. Ressalta que a questão do financiamento da rede de oncologia é fundamental para que se possa cumprir os parâmetros bem como, avaliar a assistência como um todo: oferta dos prestadores, quem está fazendo a mais, quem está fazendo a menos, a regulação principalmente rever o protocolo de acesso, os prestadores que ofertam vaga regulada e para os municípios uma orientação feita principalmente voltada para a atenção básica, pensando-se nessa ampliação necessária da cobertura para HPV, que está baixa, o Papanicolau e mama. Finaliza afirmando que esta discussão conseguiu-se elaborar o Plano Estadual de Oncologia para ser inserido no site da SES/SP a partir de 2021 e assim fazer com que o Ministério da Saúde aceite as habilitações até o momento indeferidas.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo informa que a OMS lançou um desafio sobre a erradicação do câncer de colo uterino até 2030 e sabe-se que é um câncer evitável. Afirma que é possível fazer um pacto estadual para erradicação do câncer de colo uterino aplicando-se a conduta de vacinar as meninas e meninos e realizar o Papanicolau. Ressalta que todos os gestores devem para o ano de 2021, ter esta meta em mente e elaborar um pacto estadual.

Encaminhamento: Aprovado

6. Grupo Técnico Bipartite de Judicialização na Saúde – aprovação da atualização de representantes SES e COSEMS/SP; e encaminhamentos para 2021.

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES, apresenta a solicitação pelo COSEMS/SP da atualização dos membros e a retomada das atividades do Grupo Técnico Bipartite de Judicialização na Saúde, instituído em 2018. Informa que além da atualização do GT há necessidade de uma conversa sobre o uso da plataforma S-CODES por concessão da plataforma com o suporte da Secretaria da Saúde aos municípios.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP, afirma que a questão do sistema não há problema para concedermos o acesso, código-fonte, mas quanto à possibilidade de um suporte, para manutenção e customização eventual do sistema, não há possibilidade para este suporte.

Brigina Kemp, COSEMS/SP, diz que na verdade o termo de cooperação coloca que criando estes núcleos regionais no Estado, os municípios que utilizariam o S-CODES teriam estrutura própria. Concorde que haverá a necessidade de um treinamento dado pela Secretaria de Estado para uso do sistema, porém, os municípios interessados devem apresentar condições e estrutura de TI.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP, afirma que compreende o que foi exposto, explica que é necessário um CD com código fonte, e em seguida instala-se e começa a rodar o sistema e quanto a plataforma a ser contratada é a Oracle. Informa que quando houve o movimento junto ao Ministério, a ideia era que o Ministério internalizasse essa tecnologia e pudesse disponibilizá-la numa plataforma mais acessível que não a atual.

Brigina Kemp, COSEMS/SP propõe discutir com mais detalhes as possibilidades que existem e o que efetivamente o município teria que bancar, para rever a sua viabilidade.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP, afirma que para o momento, não se tem essa perspectiva, aceita-se discutir qualquer cenário, não esta fechado à discussão, no entanto, não se pode assumir o compromisso de que esta é uma ação que haja condições de deliberar neste momento e também sabemos que sem este suporte, a viabilidade de resultar num impacto positivo na rede diminui muito, porque não há escala para a maioria dos municípios fazer essa contratação individualmente. Ressalta que é um tema que precisa estar posto na mesa, do ponto de vista da organização interna da Secretaria de todos os temas relacionados a TI e este é um destes temas que serão reorganizados na Secretaria e culminarão para um referenciamento na CCTIES.

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES, informa que fará a publicação da atualização do GT e após a nova coordenação agendará a reunião.

Encaminhamento: Aprovado

7. Aprovação “Ad Referendum” dos pleitos de credenciamento/habilitação e transferências de teto, considerando a ausência de reunião de CT e CIB, em Janeiro/2021.

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES, diz que considerando a ausência de reunião de CT e da CIB em janeiro de 2021, será publicado uma “deliberação *ad referendum*” para os pleitos de credenciamento, habilitação e remanejamentos de teto MAC. Informa que até 15/01/2021 a secretaria executiva receberá os referidos pleitos e será publicada a deliberação.

Encaminhamento: Aprovado

8. Aprovação do Calendário de Reuniões CT e CIB de 2021.

MÊS	CT 5ª – 14h30min	CIB 5ª – 14h30min
JANEIRO	RECESSO	
FEVEREIRO	18	25
MARÇO	18	25

ABRIL	15	22
MAIO	13	20
JUNHO	17	24
JULHO	15	22
AGOSTO	19	26
SETEMBRO	16	23
OUTUBRO	14	21
NOVEMBRO	18	25
DEZEMBRO	09	16

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES apresenta o calendário de reuniões da CT e CIB para o ano de 2021, considerando o calendário da CIT. Coloca que após a publicação do calendário, será encaminhado a todos para conhecimento.

Encaminhamento: Aprovado

9. Aprovação de Ofício CIB ao MS – reiteração de ofício CIB encaminhado ao MS solicitando habilitação dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, em funcionamento sem receber recurso federal.

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES, coloca para aprovação um Ofício CIB reiterando os ofícios anteriores da área de Saúde Mental para encaminhamento ao MS. Informa que este Ofício solicita a habilitação de serviços que até o momento não foram habilitados, portanto, são serviços que estão funcionando sem recursos federais.

Aparecida Linhares Pimenta, Secretária Executiva do COSEMS/SP, complementa dizendo que o Grupo Técnico elaborou um ofício Bipartite, solicitando ao Ministério os recursos conforme consta na Portaria.

Encaminhamento: Aprovado

10. Aprovação do encaminhamento dos pleitos que solicitam aporte financeiro emergencial junto ao Ministério da Saúde para custear o déficit acumulado no período da pandemia do COVID 19, com valores a serem confirmados, das instituições abaixo relacionadas:

Dr. Nelson Yatsuda – CRS/SES coloca que estes pleitos tratam de recursos para cobrir déficit decorrente do impacto da pandemia. Coloca que foram encaminhados após aprovação em CIR, estes pleitos de instituições filantrópicas, a CIB para encaminhamento ao MS, conforme segue:

- a) Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto; R\$ 45.127.708,62
- b) Fundação Padre Albino – Hospital Padre Albino e Hospital Emílio Carlos; R\$ 8.195.163,18
- c) Santa Casa de Jales; R\$ 3.390.532,44

- d) Santa Casa de Fernandópolis; R\$ 3.960.076,32
- e) Santa Casa de Votuporanga; R\$ 6.295.650,48
- f) Santa Casa de Misericórdia de São José do Rio Preto; R\$ 13.984.913,76
- g) Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos; R\$ 8.890.040,00
- h) Santa Casa de São Paulo; R\$ 83.045.000,82,
- i) Fundação Zerbini – Incor; R\$ 50.447.000,00,

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP coloca que esses pleitos por intermédio dos DRS foram aprovados em CIR e o entendimento é que a CIB está avaliando primeiro a inserção de cada unidade dentro da sua rede de referência, a importância que ele tem dentro do atendimento no seu território e está se partindo do pressuposto que sim, a pandemia trouxe um desafio adicional para o equacionamento das contas e todas as unidades que dependem de financiamento público, cada unidade apresentou suas contas e com base nos seus déficits resultantes da sua contabilidade, apontam o valor que fará frente segundo cada uma das entidades, a cobertura do déficit por eles apurado. Deixa claro que, as equipes dos DRS bem como, as áreas técnicas do nível central da SES/SP não avaliaram sobre a qualidade dos relatórios encaminhados de cada entidade, portanto, será encaminhando no mérito o pleito e caberá a cada uma das entidades responder pelos questionamentos que eventualmente possam vir acontecer pelo MS.

Aparecida Linhares Pimenta, Secretária Executiva do COSEMS/SP, declara ser importante esse registro apresentado pelo Dr. Eduardo Ribeiro Adriano. Acrescenta que ninguém sabe como foram feitos estes cálculos. Diz que fez este questionamento na Câmara Técnica e o próprio Dr. Nelson Yatsuda ressaltou que não iriam entrar no mérito dos valores.

Encaminhamento: Aprovado

11. Aprovação de Ofício CIB ao MS – solicitando que quaisquer discussão sobre a Política Nacional de Saúde Mental seja amplamente discutida com as instâncias federativas.

Roxane Alencar Coutinho, Saúde Mental/CCD/SES, coloca que este ofício foi elaborado com o Grupo Condutor Estadual da RAP após a reunião da Câmara Técnica do CONASS que apresentou uma proposta nova da Política de Saúde Mental sem consultar as instâncias federativas. Esclarece que foi elaborado um ofício CIB solicitando que qualquer proposta de alteração na Política de Saúde Mental seja ampla e democraticamente discutida mediante debate, com todos os entes federativos e técnicos da área de saúde mental. Conclui dizendo que somente após esse amplo debate ao longo do primeiro trimestre do ano de 2021, o tema seja submetido às instâncias de pactuação do SUS.

Encaminhamento: Aprovado

12. Aprovação de Ofício CIB ao MS – custeio pelo MS, de novos leitos de UTI, por 12 meses, para combate ao Coronavírus.

Elaine Maria Giannotti, assessora do COSEMS/SP, coloca que no dia 11/12/2020, deverão enviar ao CONASS e CONASEMS a listagem dos leitos de UTI para habilitação prolongada durante o ano de 2021.

Dr. Nelson Yatsuda – CRS/SES ressalta que bastaria o Ofício do gestor, porém, entende que uma Deliberação CIB, pode reforçar o pleito.

Elaine Maria Giannotti, assessora do COSEMS/SP, diz que talvez não precise deste formalismo de uma Deliberação CIB aprovada e publicada em Diário Oficial, mas este conjunto de dirigentes precisa aprovar o encaminhamento.

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES, esclarece que a formalização será feita através de um Ofício CIB e não por Deliberação CIB.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP, coloca que há uma de indicação de 1.092 leitos e houve uma indicação a posteriori de que este total de 1.092 teria sido repactuado para 2.000 leitos. Pergunta se procede a repactuação?

Elaine Maria Giannotti, assessora do COSEMS/SP, afirma que procede porem o numero de leitos solicitados são 2.550. Pergunta se serão cortados 550 leitos?

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP, pergunta qual é o critério deste corte?

Elaine Maria Giannotti, assessora do COSEMS/SP, diz que foram considerados os critérios referentes aos parâmetros de número de leitos da Portaria ministerial de 2015, aplicado em cada território dos DRS. O grupo que se reuniu observou que em alguns municípios faltam leitos e em outros sobram leitos, considerando apenas leitos SUS. Sugere a proposta de corte de 550 leitos, do município de São Paulo, pois o município uma proposta com 830 leitos de UTI, é uma proposta bem pesada, robusta, se for considerado que ele já tem cerca de 500 leitos antes da pandemia, onde se acrescentou muitos leitos de UTI COVID, se somar mais 800 leitos, nos parece desproporcional com relação às demais regiões do Estado.

Dr. Nelson Yatsuda – CRS/SES comenta que na Câmara Técnica discutiu-se considerar algum critério para minimizar as grandes diferenças de acordo com a região. Concorda que quando existe uma quantidade nesta grandeza que precisa ser considerada e que a taxa apresentada

na portaria é a quantidade de leitos pela população residente e o município de São Paulo e a região metropolitana de uma maneira geral recebem pacientes para além da população residente no território do município. Coloca que devem contemplar principalmente os DRS que estão no extremo em relação à taxa de leitos populacional. Lembra que o uso dos hospitais localizados no território do município de São Paulo recebem pacientes de outros municípios.

Aparecida Linhares Pimenta, Secretária Executiva do COSEMS/SP, concorda com a sugestão do Dr. Eduardo Ribeiro, que seja encaminhada a proposta de 2.000 leitos e não de 1.093 leitos. Diz que não tem sentido mandar um pedido de ampliação de 2.000 leitos e 40%, ser para o município de São Paulo que tem 25% da população do Estado.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, diz que não se trata de cortar o município de São Paulo e sim de cortar uma parte de São Paulo. Ressalta que na realidade uma das propostas é mandar estes 2.000 leitos, porém, estes 500 leitos que serão cortados, definir quais são e onde estão estes leitos.

Elaine Maria Giannotti, assessora do COSEMS/SP, aponta outra dificuldade, pois, se trabalha com bloco de 10 leitos e no interior de São Paulo, a maior parte dos hospitais pede de 10 a 20 leitos, portanto, cortar de um hospital que está solicitando 10 ou 20 leitos é complicado. Exemplifica que São Paulo solicita 60 leitos em um hospital, solicita 80 leitos em outro hospital, solicita 100 leitos em outro e neste sentido fica mais fácil inclusive o corte. Sugere que cada município informe em quais hospitais vai retirar leitos.

Dr. Nelson Yatsuda – CRS/SES entende e concorda com a dificuldade do trabalho e coloca que o maior corte tem que ser no município de São Paulo, mas a questão é a profundidade deste corte para não ser injusto para quem estiver na ponta.

Encaminhamento: Aprovado

13. Kit Intubação – compra ATA nacional

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, coloca o cenário da ATA nacional em vigência com os municípios que manifestaram interesse. Informa que a aquisição dos medicamentos foi feita em dois momentos: um grupo de municípios que entregou a documentação correta e outro grupo de municípios que ajustou a documentação. Alerta que foi realizada uma segunda compra, no entanto, a primeira compra já foi empenhada, entregue na RV e será neste momento entregue aos municípios a partir de 14/12/2020. Esclarece que o segundo empenho está em fase de emissão e tem alguns

municípios que ainda não corrigiram a documentação. Ressalta que foi homologada dez atas de registro de preço do Ministério da Saúde, com medicamentos também para Covid, destas atas, existe um rol maior de medicamentos, no entanto, as quantidades que o Ministério conseguiu não são suficientes. Exemplifica que itens como Rocurônio que tem reservado para São Paulo existe apenas onze mil e a necessidade mensal é de cento e setenta e oito mil, o Propofol tem reservado cerca de vinte e seis mil e a necessidade mensal do Estado é de quatrocentos e trinta e seis mil. Ressalta que para estas atas tem aquela mesma situação da anterior, itens com valor acima do praticado no estado de São Paulo, Lidocaína, Diazepan, Dextomeditina, Norepinefrina, todas com valor alto, acima do praticado no Estado. Propõe que seja elaborada uma Deliberação CIB atualizando os critérios.

Encaminhamento: Aprovado

IV. APRESENTAÇÕES/DISSCUSSÕES

1. Arboviroses – atualização da situação no ESP (dados epidemiológicos); e, insumos laboratoriais e inseticidas/larvicidas.

Maria do Carmo R.S. Camis, CVE /CCD/SES, cumprimenta a todos e inicia a apresentação dos dados atualizados da situação das arboviroses, no ESP. Informa que o estado apresenta 191.309 casos de Dengue confirmados e com 134 óbitos, de Chikungunya 140 casos, 50% desses estão localizados no município de Santos. Informa que já foi realizada uma ação de controle e que o município também desenvolveu ações de busca ativa e capacitação para impedir o aumento do número de casos. Informa que quanto aos casos de Zika ocorreram 1.052 casos notificados, porém, somente 13 casos confirmados, boa parte deles por critério clínico-epidemiológico por não ter sido possível realizar a coleta oportuna e somente mesmo com a clínica o município confirma. Coloca que as curvas do gráfico do número de casos até o momento apontam para um declínio, que está numa curva descendente de notificados, realizam o acompanhamento, que às vezes há demora na confirmação. Aponta que a região mais afetada foi o centro-oeste e nordeste do Estado, observa-se que as regiões de saúde mais afetadas, estão na área de abrangência de Presidente Venceslau, Presidente Prudente, passando por Jales e Votuporanga e a incidência de casos confirmados, a incidência acumulada de casos é de 416 casos por 100 mil habitantes, e nos últimos dois meses de transmissão monitorados, observa-se o número de casos de notificados e casos prováveis, comparando o mês de outubro e o mês de novembro, apontam que tem uma maior incidência, na região de Presidente Venceslau, região de Marília, de Araçatuba e de Jales, embora várias regiões apresentem uma

incidência de até 50 casos por 100 mil habitantes, é o momento de acompanhar essa tendência, olhando para as notificações, para os descartes do laboratório. Coloca que a análise de varredura para identificação de clusters de aglomerados de alto risco, verifica-se que esses aglomerados estão concentrados na região de Araçatuba, Jales e na região de Marília e que há um risco maior na região do Litoral Norte e da Baixada Santista, sendo que na Baixada Santista é um único município, o município de Cubatão. Neste momento foram confirmados 134 óbitos e em aproximadamente 24% dos óbitos conseguiu-se identificar o sorotipo, sendo o sorotipo 2 predominante em 32 dos óbitos. O número maior de óbitos por município está no município de Catanduva com onze, depois vem Ribeirão Preto, Mococa e Taubaté. A letalidade está em 0,07% e o Estado vem mantendo essa tendência há alguns anos, nessa taxa de letalidade entre 0 e 6 e 0 e 8, no momento temos 21 óbitos em investigação em 18 municípios, e é o momento dos municípios se debruçarem, no dia a dia, para que haja a diminuição.

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES pergunta aos presentes se há dúvidas sobre os dados apresentados e se gostariam de fazer algum questionamento.

Maria do Carmo R.S. Camis, CVE /CCD/SES , esclarece que naquele momento, em virtude da situação epidemiológica no Estado de São Paulo, a Divisão realiza ações em conjunto com os departamentos regionais e os municípios, no sentido de que todos olhem para o plano de contingência pensando no Covid e na dengue e tentem se organizar nesse sentido. A ação que é realizada no momento atual é a de acompanharem o cenário, fazendo diagnóstico e pensando num plano de contingência, se houver um aumento significativo de casos importantes no Estado.

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES pergunta se em relação aos insumos também está tudo regularizado.

Maria do Carmo R.S. Camis, CVE /CCD/SES, respondeu que sim, que a questão dos inseticidas foram regularizados e que no momento, o foco é na ação de controle.

2. Covid-19:

a) Atualização da situação ESP (dados epidemiológicos)

Tatiana Lang, Diretora do CVE/CCD/SES cumprimenta a todos e inicia a apresentação dos dados da Covid-19. Informa que no mundo foram confirmados mais de 68 milhões de casos e 1.557.000 óbitos; no Brasil 6.634.000 casos e 178 mil óbitos; no Estado de São Paulo até o dia 09/12/2020, foram confirmamos 1.316.371 casos e 43.661 óbitos. Diz que, no que se

refere a porcentagem de testagem no mês de novembro, o número de casos confirmados por RT-PCR foi maior do que nos outros meses, representando 71,3%. Coloca que conforme solicitado pelo COSEMS/SP na reunião de CT, em relação a diferença, entre a semana epidemiológica 45 e 46 para semana 47 e 48, as regiões de São José do Rio Preto, Barretos, Presidente Prudente e Registro tiveram um aumento significativo de casos confirmados e essas são as regiões que mais chamam a atenção, lembra que os dados apresentados são dos sistemas de informação e que demoram cerca de 10 dias para visualizar o encerramento do caso. Diz que, a taxa de ocupação de leitos do censo Covid, as regiões que chamam mais atenção são a Grande São Paulo, principalmente a taxa de ocupação de UTI, a região de Campinas, a região de Presidente Prudente, Registro e Sorocaba sendo este último com um aumento significativo de casos. Finaliza apresentando os casos de Síndrome Multissistêmica Pediátrica – Sim-P que até o dia 05/12, somaram 96 casos confirmados sendo que, a maior concentração espacial está na região metropolitana de São Paulo.

Aparecida Linhares Pimenta, Secretária Executiva do COSEMS/SP pergunta sobre qual foi a média móvel de casos confirmados do Estado, da Região Metropolitana de São Paulo e de São Paulo e o número de óbitos e de Síndrome Respiratória Aguda Grave. Ressalta que os dados apresentados são interessantes e importantes, porém são os mesmos que a mídia está apresentando e que os dados solicitados pelo COSEMS/SP permitem aprofundar a discussão.

Tatiana Lang, Diretora do CVE/CCD/SES compromete-se a trazer para a próxima reunião da CIB as informações solicitadas.

Brigina Kemp, COSEMS/SP coloca a necessidade das informações apresentadas na CIB serem mais detalhadas, especialmente nesse aumento do recrudescimento que a análise da média móvel pode trazer a tendência de aumento, de observarem os casos de SRAG, que sabem que a estabilidade do SIVEP-Gripe demonstra que é uma base de dados mais consistente no que se refere ao detalhamento do SRAG e dos óbitos, sugere realizar uma análise por faixa etária, porque talvez esteja ocorrendo uma mudança de faixa etária para os mais jovens.

Tatiana Lang, Diretora do CVE/CCD/SES explica que costuma-se automatizar algumas análises, por região, por semana epidemiológica, por faixa etária, maior incidência naquela DRS, por exemplo, e que percebe-se esse deslocamento de faixa etária. Informa que pode trazer essas informações nas próximas reuniões e discussões para aprimorar.

Brigina Kemp, COSEMS/SP comenta que o indicador de positividade é importante, sugere que se inclua esse indicador no monitoramento.

Tatiana Lang, Diretora do CVE/CCD/SES lembra que precisam avaliar qual será o denominador utilizado, se vão utilizar em relação ao laboratório que está na plataforma do Butantan para avaliar esse nível de positividade ou apenas as questões de notificação.

Brigina Kemp, COSEMS/SP afirma em utilizar os dois na análise.

Tatiana Lang, Diretora do CVE/CCD/SES concorda com a sugestão.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema reitera a solicitação do COSEMS/SP em relação a disponibilização do login e senha, para visualizar a situação dos hospitais por região em relação a leitos Covid.

Tatiana Lang, Diretora do CVE/CCD/SES informa que em relação ao login e senha, foram enviados para a assessora do COSEMS/SP que encaminharia para todos os municípios. Afirma que os municípios têm acesso e que inclusive foi enviado um “print” de tela para o COSEMS como exemplo, esclarecendo que cada município consegue visualizar todos os seus hospitais, a população, o número de pacientes internados, a taxa de ocupação, o número de leitos e as novas internações e também a situação no âmbito do DRS. Esclarece que o COSEMS tem acesso a todas as informações através do Power Bi, com a senha da Elaine Gianotti, e que foram alterados todos os login e senha.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema diz que irá verificar essa alteração.

b) Plataforma de testagem – Instituto Butantan

Alexandre Xavier, Instituto Butantan, cumprimenta a todos e agradece ao convite. Inicialmente coloca que 2020 será um ano histórico para todos, primeiramente agradece a Deus por ter colocado a todos nessa missão, comentando que nada acontece por acaso nesse sentido, todos estão dias e noites trabalhando, final de semana, sem férias, cansados, confessa que também estava em um ano extremamente exaustivo, mas que ao mesmo tempo era um ano de muita recompensa no sentido de que, todos que trabalham na assistência ao SUS, ajudando da melhor forma possível, sabem de todas as restrições que passam os municípios, do Estado. Explica inicialmente que, não foi surpresa o expressivo

aumento do número de casos, e conseqüentemente o aumento no número de testagem e que naturalmente a rede sofreu impacto em sua rotina. Coloca que com esses aumentos, toda operação estava atravessando um momento de bastante desafio, a rede estava sendo bastante exigida, mas o lado positivo é que foi possível atender a demanda. A análise dos dados foi até 08/12, quando da última atualização. Informa que a plataforma recebeu 12.465 amostras num único dia, isso ocorria de maneira recorrente, um número muito alto, dos quais 3.131 amostras corresponde a 25%, fica na rede Lutz que é composta pelos treze laboratórios do Estado de São Paulo e analisando o Estado como um todo, o restante das 9.334 amostras, 75% estão sendo direcionadas para a rede de apoio que foi constituída pelo Prof. Doutor Dimas, Presidente do Butantan que corresponde a quatorze laboratórios, totalizando 27 laboratórios que compõe a rede. Informa que a rede colaborativa, compõem-se do Instituto Adolfo Lutz e as suas regionais e o Instituto Butantan, com os laboratórios de apoio, constituídos por universidades, por entidades específicas e muitos trabalhadores desses laboratórios são voluntários, alguns outros são estudantes, foi um momento de união de forças, sob a liderança do Butantan que acaba centralizando todas as decisões e estratégias de alocação dessas amostras em conjunto com a rede do Instituto Adolfo Lutz. Informa que foram liberados 3.813 laudos, dos quais 1.944 pela rede Adolfo Lutz, correspondendo a 14%, e 11.869 laudos correspondendo a 86% foram liberados pelas redes de apoio representando uma performance muito significativa. Apresenta em seguida a evolução quinzenal que teve seu início em julho, pois foi o mês em que percebeu-se o pico da pandemia no Estado de São Paulo. Coloca que foi um mês muito difícil, pois a rede tinha aproximadamente três meses e ainda não estava preparada o suficiente para atender uma demanda tão grande. Destaca que foi um período difícil, pois o tempo de liberação das amostras aumentou, mas que adotaram uma série de ações que permitiu superar essa dificuldade, conseguindo manter um padrão de dois dias para a liberação nas quinzenas e meses subsequentes contados a partir do momento em que a amostra chega ao laboratório. Explica que, na última semana de novembro e no início do mês dezembro, percebe-se que ocorreu novamente um crescimento significativo no tempo de liberação das amostras e que em conversa realizada com vários municípios e outros setores, esta tendência de crescimento foi confirmada e que tratava-se de um novo desafio para a rede de laboratórios. Afirma que, como diretor de qualidade corporativa do Instituto Butantan, preza-se esforços para manter a qualidade do serviço prestado em todas as fases do processo, relatando que os ensaios clínicos da vacina da Covid-19 são processados dentro do laboratório, respeitando toda a regulamentação específica. Apresenta o resultado parcial da semana epidemiológica que iniciou em 06 de dezembro, com 3 mil laudos emitidos até a data da

reunião e a média de 2,4 dias de liberação, que utilizando o conceito matemático são dois dias e que estão bem nesse quesito. Discorre em seguida sobre os dados analisados do cenário atual que foram realizados mais de 1,3 milhões de testes de RT-PCR, incluídos na rede de laboratórios de alta-performance. Informa que até o dia oito de dezembro foram emitidos 86 mil laudos e que se continuar no mesmo ritmo, o mês de dezembro apresentaria um aumento no volume de exames, projeção feita com base na revisão de dados e o crescimento da pandemia. Informa que diariamente acompanham o desempenho de cada laboratório, porque cada laboratório tem seus problemas operacionais específicos e isso reflete no aumento no número de “em análises” ou “na fila” e rapidamente corrigem direcionando os exames para outro laboratório de apoio, não esperam os prazos estourarem para tomar uma decisão, se antecipam a ela. Ressalta que cada laboratório tem um compromisso com a rede, chamada de capacidade nominal, esse número foi aferido, calculado no início da construção da plataforma e sempre é comparado o quanto esse laboratório está entregando versus a capacidade que foi calculada, se está abaixo procura entender o que está acontecendo, se está acima, muito bem, ele está se superando, o próprio laboratório faz a sua autogestão. Destaca que outro ponto importante é o tempo de liberação, cada laboratório é responsável por processar o mais rápido possível as amostras assim que chegam, analisando o número total, observa-se um aumento de 34% em relação a novembro, que é significativo o número de recebimento e percebe-se que tem a mesma proporção, no aumento de liberação, que está na casa de 36%, que fica na faixa dos dois dias. Comenta que quanto ao tempo da coleta da amostra na ponta, nos últimos meses realizou-se um trabalho muito grande junto aos responsáveis dos municípios, da responsabilidade de coletar as amostras e direcionarem o mais rápido possível para os laboratórios de apoio, para que essas amostras sejam processadas e discutiu-se questões sobre fluxos logísticos, onde houve aumento da frota de carro, revisou-se a malha e outras ações para otimizar todo o processo. Comenta que em visita ao laboratório de São José do Rio Preto, que é responsável por processar as amostras do Departamento Regional de Araçatuba, Presidente Prudente e Marília, que antes essas amostras vinham para a cidade de São Paulo e que só com essa ação houve uma redução para um terço, do tempo de deslocamento, houve uma otimização do fluxo logístico e conseqüentemente impactou no prazo de liberação, que essas ações são realizadas constantemente para melhorar o serviço. Cita como exemplo, uma ação realizada junto ao laboratório do Instituto Butantan, de amostras que saíram do município de Ilhabela que teve problema logístico, por conta de balsa e foi implantado um fluxo diário com a equipe local, de enviarem as amostras diariamente para o laboratório do Butantan o que otimizou o processamento. Apresenta o

impacto que alguns DRS sofrem por conta da demanda atual, do ponto de vista dos laboratórios estão conseguindo atingir o número adequado, mas que ainda existe o impacto logístico, nos DRS de Araçatuba, Marília, Registro, Sorocaba e Taubaté, que são os principais, porque nos outros departamentos, a média geral está em seis dias, cita como exemplo Sorocaba que está com nove dias para liberar o laudo, a Regional do Adolfo Lutz de Sorocaba enviava 900 amostras por dia, atualmente envia 1200, 1500 amostras, demonstrando que o número cresceu muito. Apresenta um histórico dos municípios e seus tempos separados por Departamentos Regionais de Saúde, cita como exemplo, o município de Itapura que apresenta 14 dias para liberação dos resultados e o município de Chavantes com 11,4 dias, existe um fluxo logístico que precisa ser observado, pois tem o tempo de coleta, do transporte interno no hospital até chegar ao IAL de referência. Cita o DRS de Registro, outro exemplo, que até o presente momento não havia sinal de atraso, porem o município de Ilha Comprida apresentou um tempo de 9 dias, que constatou-se que o município precisa de mais carros para transporte. Apresenta também, os dados referentes à testagem do exame de RT-PCR e das ações de teste rápido do estado de São Paulo; informa que foram mais de 739 mil testes rápidos, sendo que 82 mil foram positivos, 647 mil foram não reagentes, na proporção de 89% não reagentes, distribuídos em 51,23% na população feminina e 48,76% na população masculina. Encerra a apresentação compartilhando os números de testes adquiridos pelo Butantan em parceria com o COSEMS e os dados amostrais do laboratório do Butantan que utilizam um software chamado LabWare, consolidados no mês de novembro, explica o gráfico sinaliza o número de positivos e à medida que o número de testes aumentou, aumentaram também o número de positivos, ocorrendo um pico de positividade em julho, que foi um mês bem difícil e a mesma tendência foi observada em novembro. Diz que o município de Ribeirão Preto estava apresentando uma queda, Campinas apresentava uma ligeira tendência de aumento no mês de novembro, Santos e a região da Baixada Santista estavam em crescimento e no litoral norte o município de Ilhabela apresentava uma tendência de crescimento.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, e 1ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba, cumprimenta a todos diz que há uma preocupação com o tempo global que foi apresentado, pois observa-se que o DRS de Araçatuba apresenta pré-gap de 0,3, sendo liberado rapidamente, no entanto leva mais tempo dependendo do tipo de transporte até o laboratório, entende que a questão do transporte é importante, principalmente para os municípios mais longínquos, mas que a demora não está relacionada a chegada a São Paulo, pois enviam os exames todos os dias, mas o transporte de São Paulo até o laboratório é um ponto de gargalo a ser verificado, pois identificaram que a

demora na entrega dos exames impactou na queda dos números de Araçatuba e tem se questionado se realmente há transmissão ou se a população ativa, jovem, não procura mais o serviço de saúde, quando se tem questões simples.

Alexandre Xavier, Instituto Butantan, faz uma consideração sobre os sete dias de atraso mencionado, que no início o direcionamento foi feito para um laboratório de apoio que apresentou muitos problemas operacionais com um Backlog muito importante, que tem participado das reuniões diárias, o Backlog está baixando, a boa notícia é que esse número está melhorando que o impacto deve diminuir inclusive em Araçatuba que apresenta 14 dias, foram às amostras direcionadas para esse laboratório e conseqüentemente demorou um pouco mais e está se conduzindo várias ações para corrigir isso.

Aparecida Linhares Pimenta, Secretária Executiva do COSEMS/SP, coloca que a demanda trazida pelas Secretárias de Saúde, Dra. Carmen e Dra. Adriana é a mesma que chega no COSEMS, do tempo para liberar o resultado, tanto do ponto de vista do cuidado individual como para tomar medidas do ponto de vista coletivo. Pergunta se as reuniões semanais do grupo que foram suspensas pela CCD serão retomadas. Pergunta porque os desempenhos são tão diferentes dos laboratórios da rede?

Alexandre Xavier, Instituto Butantan, responde que se faz a análise em cada município, e existem dois casos, o problema do município no envio dessas amostras para os pontos de apoio regionais e o problema da chegada ao laboratório regional ou no próprio laboratório central e o direcionamento para o laboratório fim que é aquele que vai processar as amostras. Coloca que as regionais mencionadas que tiveram direcionamentos para um laboratório específico. Informa que esse laboratório enfrentou um problema ou está enfrentando um problema operacional importante, estão endereçando uma série de ações, conforme mencionado anteriormente, faz uma semana que o Butantan não envia mais nenhuma amostra para esse laboratório para ele poder se organizar internamente, acredita-se que para as próximas semanas, com investimentos em novos equipamentos, aumentando a capacidade e outras ações, a capacidade deve melhorar. Explica que, quanto maior for o fluxo logístico do município melhor é para rede, porque a amostra não fica parada, esse é o conceito que deve-se ter, de aumentar o fluxo logístico. Com relação à capacidade do laboratório, informa que existe laboratório que quase parou de operar num determinado mês, pode ser o do caso citado, tem laboratório que está no momento de avaliar se permanecem na rede, porque o desempenho dele é muito ruim, porque não imaginavam que a pandemia fosse durar tanto tempo, esse laboratório iniciou na rede em

abril para trabalhar por quatro meses, se organizou para quatro meses, nós já estamos entrando quase no nono mês de pandemia, esse laboratório já desmobilizou equipe, nós estamos inclusive nesse momento de rever os laboratórios parceiros, por isso que alguns deles apresentam um desempenho menor. Diz que com relação ao IAL, sim, eles representam 25% do recebimento, mas a capacidade deles ainda não aumentou significativamente, nas últimas semanas colocaram novos equipamentos em alguns laboratórios chaves, como por exemplo São José do Rio Preto que atende Araçatuba, Marília e Presidente Prudente, para poder otimizar o fluxo logístico e conseqüentemente entregar mais rápido, analisando os treze laboratórios do Lutz, verifica-se que ainda existe um espaço, uma oportunidade para melhorar a capacidade operacional.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP concorda que é de fundamental importância a melhoria da performance na testagem, não só para o manejo do paciente que não está internado, mas principalmente para o manejo clínico e a otimização dos leitos, já tiveram momentos mais difíceis, como a questão logística que é um gargalo do ponto de vista prático, a primeira proposta é de retomar as reuniões regulares que tratam desse tema, sendo a próxima reunião na próxima terça-feira, com uma frequência quinzenal, se todos estiverem de acordo. Diz que o segundo ponto, na terça-feira deve-se dar um encaminhamento dos “nós críticos” para que na próxima reunião, após 15 dias, consigam fazer mais alguns encaminhamento e ir melhorando e atuar de forma pontual.

c) Situação atual de compra e distribuição dos insumos para vacina COVID19 e compra de equipamentos da Cadeia de Frio, para Salas de Vacinas das UBS com recursos federais.

Eliana de Fátima de Paulo, GPA/CCD/SES cumprimenta a todos e informa que o processo de aquisição dos equipamentos da rede frio informado na reunião da Câmara Técnica referente a ata de preço em Minas Gerais em processo de assinatura o valor ficou muito abaixo do previsto pelo Ministério, com isso poderiam adquirir mais equipamentos daqueles inicialmente propostos e aprovados. Lembra que foram aprovados 201 equipamentos. Explica que, com o novo preço poderá ser adquirido mais 270 equipamentos. Informa que a proposta da CCD/CVE é que se faça o contato, revejam a previsão que foi feita conjuntamente para que façam rapidamente essa aprovação e aquisição e conste na ata que estavam esperando compor mais esses itens, se todos concordarem. Coloca que essa revisão será feita rapidamente, porque não poderiam fazer essa aprovação sem a concordância de todos, embora tivessem uma previsão anterior.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo pergunta se a empresa entregará os equipamentos?

Eliana de Fátima de Paulo, GPA/CCD/SES responde que sim, que a empresa estava participando da ata e tem um número de equipamentos suficiente e era isso que estava firmado no processo.

Brigina Kemp, COSEMS/SP apresenta duas questões, a primeira, qual seria a previsão de aquisição dos equipamentos, após aprovação; qual é a previsão de chegada e quanto a Portaria nº 3.248 de 02/12/2020, que prevê a transferência de recursos para o Fundo Estadual para compra de equipamento da Rede de Frio, para os municípios acima de 100 mil habitantes, para as centrais de abastecimento, para os CRIs e para as unidades sentinelas. Ressalta a urgência de resolver esses itens devido a proximidade da campanha de vacina Covid-19.

Eliana de Fátima de Paulo, GPA/CCD/SES responde que em relação a previsão é de trinta dias a partir do momento em que a ata for fechada. Informa que quanto as outras informações e detalhamento do processo da rede de Frio irá articular com o CVE e passará as informações ao COSEMS/SP.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, 1ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba, esclarece que colocou a questão da rede de frio porque no dia 02/12 foi publicada uma portaria que também colocou a compra centralizada com repasse para o fundo estadual, para aquisição de câmaras frias e computadores, que considerando a situação em que estavam, que já abririam uma ata para os municípios com menos de 100 mil habitantes, com a possibilidade de aquisição para todos os municípios, pois a portaria trazia os parâmetros, o quanto necessário para cada município.

Eliana de Fátima de Paulo, GPA/CCD/SES informa que a ata não será aberta para os equipamentos anteriores, ela não será aberta, ela já está aberta no estado de Minas Gerais e será realizada a adesão a esta ata por conta da agilidade do sistema, em relação aos outros equipamentos, esclarece que precisam verificar o que já foi realizado até aquele momento.

Aparecida Linhares Pimenta, Secretária Executiva do COSEMS/SP coloca que há a preocupação, pois em relação ao repasse do recurso federal, o repasse foi realizado em

dezembro de 2019 e após um ano o Estado está realizando só agora a adesão a esta ata de Minas Gerais. Diz que a preocupação é chegando agora em dezembro de 2020 o equipamento e se seguir o mesmo ritmo, conseguirão comprar as câmaras em dezembro de 2021? Afirma que os municípios querem o compromisso para que essa aquisição não demore mais um ano.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP diz que a aquisição não poderá demorar todo esse tempo, que se todos observassem, a Secretaria de Estado da Saúde vem sofrendo uma série de ajustes no último ano com o intuito de que essas situações sejam evitadas, que não tem mais o que falar que o dinheiro que chegou terá que ser executado o quanto antes. Informa que gostaria de socializar com todos uma proposta que chegou até o Gabinete, que não é ainda um compromisso, mas é uma sinalização, que a concessionária de energia Elektro do grupo Neoenergia tem atualmente no seu portfólio 223 municípios atendidos, que recebeu uma lista dos 223 municípios atendidos, englobando a região do Vale do Ribeira, Baixada Santista, a região norte do Estado, e a Elektro sinalizou com uma proposta para a SES, a possibilidade dentro de um projeto de eficiência energética, ela está disponibilizando doar uma câmara frigorífica de 120 litros, que poderá ser suficiente para 750 doses de vacinas (esse número é aproximado). Afirma ainda que para cada um desses 223 municípios, além de oferecerem a troca de lâmpadas convencionais por LED, pois parece que as lâmpadas nem tem limite de troca, porque isso ajuda na conta da eficiência energética e que para a companhia para avançar nessa proposta precisaria de uma aprovação da Enel, mas teria que haver por parte do município, uma forma, por exemplo, de disponibilizar um ou dois refrigeradores velhos, uma carcaça, que materializasse uma substituição de item para ter uma contabilização de eficiência energética. Nessa proposta diz que, se o município tirou dois refrigeradores velhos, quebrados da rede e colocou um novo, tem uma conta positiva de eficiência energética e isto dá lastro para esta iniciativa, a ideia, caso a proposta avance, é que a empresa crie centrais regionais no Estado, seis ou oito, que cada município contemplado desses 223 envie até essas regionais, um carro com dois refrigeradores velhos e que venha com uma câmara da Hidrel deste modelo de 120 litros nova para instalar, além disso, ela propôs que cada cidadão vacinado nesses municípios dessa relação dos 223 municípios, ganhe um vale lâmpada de LED para que possa ir num local do município e trocar uma lâmpada velha por uma lâmpada LED e nas unidades de saúde eles fazem a troca completa, estão tentando avançar nesse sentido e que gostaria de ouvir se há interesse, mesmo sendo parte dos

municípios do Estado e não todos e o critério aqui, que são os municípios que ele atende, que haverá a possibilidade das outras operadoras também fazer essa ação.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema pergunta com relação ao equipamento, quando foi falado da câmara, “ganharemos uma câmara nova e entregaremos duas antigas”?

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP responde que pode ser geladeira, frigobar, carcaça, que a ideia da operação é que o município levasse duas numa caminhonete para um lugar que ficará perto do seu município, provavelmente no entorno e já trouxesse a câmara nova, dispensando a antiga para a central da Neoenergia situada no entorno do município.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema lembra que os municípios precisariam de um auxílio na questão da depreciação de bem, porque os bens são patrimoniados, que precisariam verificar a questão da depreciação, ter uma orientação jurídica em relação a esse assunto.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP responde que não sabia como seria a regularização da baixa desses bens.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema esclarece que seria uma orientação jurídica, que poderiam ser uma orientação geral para os municípios.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP informa que uma das regiões que a concessionária atende, é do Vale do Ribeira, que é uma região que tem uma vulnerabilidade maior, que eventualmente essa ação poderia se concentrar no Vale do Ribeira e fazer uma ação robusta num território mais concentrado mais vulnerável ou eleger um desses 223 municípios por IDH ou por outros indicadores, em vez de dar um para cada município, fazer a doação para alguém que vai fazer muita diferença.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, 1ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba coloca que essa questão do projeto de eficiência energética poderia ser um projeto com termo de adesão com todas essas cláusulas também, porque o projeto de eficiência energética já existe em vários municípios, que já trocam as lâmpadas e ter um termo de adesão com essas cláusulas mencionadas e depois esse termo ser verificado pela assessoria jurídica.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP informa que está em contato com a equipe da Elektra, que enviou a relação dos municípios por e-mail ao gabinete e encaminhará ao COSEMS para que pudessem agilizar essa discussão.

Brigina Kemp, COSEMS/SP comenta que é uma proposta muito boa e que o Vale do Ribeira é de fato uma região que tem fragilidades na rede de frio, que o PNI fez um levantamento da situação da rede de frio no Brasil e que no workshop apresentaram o Vale do Ribeira como uma região frágil e que, além disso, citavam a questão da instabilidade da rede, por isso entendia que era uma proposta interessante.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP informa que nesta proposta, nas regiões com instabilidade, a empresa enviará o freezer com uma bateria, que irá sustentar o funcionamento em casos de instabilidade.

Aparecida Linhares Pimenta, Secretária Executiva do COSEMS/SP pergunta como será a campanha de vacinação Covid?

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP informa que no dia 07/12, o anúncio do Plano Estadual de Imunização, na coletiva do governador, dentro da estratégia de cumprimento das responsabilidades de cada esfera de governo, que tendo ou não a perspectiva do PNI iniciar os seus trabalhos em curto prazo é obrigação de cada Estado e de cada município se organizar para o enfrentamento dessa magnitude que se aproxima, que é obrigação do Governo do Estado de São Paulo se estruturar e como sempre o faz, que dessa vez se encontram no olho do furacão, mas que sempre existiu uma estruturação da estratégia estadual de imunização, que o governo federal adquirindo os imunizantes, determinando as políticas, distribuindo os imunizantes cada Estado apoiando-se na elaboração de políticas regionais, adquirindo insumos, distribuindo os imunizantes até os territórios e os municípios operacionalizando efetivamente o processo de vacinação, que o estado de São Paulo tem que apresentar o seu plano, que é um plano desejado por todos, quer seja parte do Plano Nacional de Imunização, mas que tem uma disponibilidade, que iniciariam a vacinação no dia vinte e cinco de janeiro, que todas as ações estavam sendo organizadas nesse sentido, então nesse sentido, e que a operacionalização disso se dá na ponta, está se organizando os pontos críticos em que o gestor estadual precisará apoiar os gestores municipais no desempenho dessa árdua missão que vai ser esta vacinação. Ressalta que existem algumas diretrizes que estão sendo traçadas, a identificação de pontos críticos, aporte adicional de recursos humanos, questão de dificuldade da rede de

frios, questão dos insumos, propondo a pactuação de um apoio financeiro do Estado para os municípios para que faça frente a este enfrentamento importante. Deixa claro que já se tem inicialmente e que foi proposto pelo COSEMS, um racional que têm muita lógica, ele é prático e pragmático, objetivo, claro, transparente, é muito bom e a SES concordou como algo exequível e justo e é uma situação que leva em consideração o per capita e já se tem um mecanismo de distribuição ágil, e já está pactuado. Informa que os detalhes passa para o Dr. Geraldo apresentar. Ressalta que foi pactuado uma estratégia a luz de um planejamento que está posto no plano estadual de imunização, que implica num determinado ritmo de vacinação, num determinado prazo de vacinação, e numa determinada quantidade de pessoas a serem vacinadas e com base nisto é que se fará uma pactuação, se houver uma mudança de estratégia por parte, do Plano Nacional numa eventual incorporação da vacina do Butantan e isto implicando numa mudança de cronograma da vacinação no estado de São Paulo, terá que visitar a nossa pactuação porque ela parte de um pressuposto que não mais valerá, isto está claro para todos e de acordo.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo relata que houve uma reunião na semana anterior ao anúncio do plano, e que no final de semana, a equipe se debruçou para elaborar o plano e na segunda-feira houve a pactuação com a Secretaria da Saúde e o COSEMS. Esclarece que a previsão inicial de era um pouco maior do que haviam definido e o Governo do Estado definiu a faixa etária mais ou menos seguindo o que o Ministério havia previsto, que seriam os idosos, profissionais de saúde, indígenas e quilombola e que a proposta do COSEMS apresentada foi a seguinte: quanto as equipes, seriam três pessoas acolhendo, três pessoas registrando, duas pessoas preparando a vacina e duas vacinando, cada equipe teria 10 pessoas. Coloca ainda que, na pactuação ficou acordado, que a SES entregaria para os municípios a vacina e os insumos necessários para vacinação e os municípios entrariam com a equipe. Informa foi pactuado um valor per capita para os municípios, e que pagariam R\$ 2,00 per capita para os municípios, e esse valor verificou-se que cobre as despesas que os municípios necessitam. Enfatiza que a pactuação firmada é muito importante e deveria ser consignada na ata, constando o que foi colocado pelo Dr. Eduardo, que estavam seguindo o plano estadual de imunização, que se ocorresse alguma alteração ou conversariam novamente ou repactuariam, que essa pactuação foi definida e acertada com o governador e o vice-governador, com a SES e com o COSEMS. Reforça que a pactuação atual consiste no pagamento de R\$ 2,00 per capita e que o Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde entregará aos municípios, a vacina, o material para aplicação, seringas,

agulhas e outros insumos, que era essa a pactuação proposta até o aquele momento, pois as coisas estavam mudando muito rapidamente, que o governo federal falava em março, o ministro já falou em dezembro e que não se esquecessem que quem vacina é o município e que o Estado de São Paulo tem 645 municípios.

Aparecida Linhares Pimenta, Secretária Executiva do COSEMS/SP acrescenta que a partir da conversa que tiveram no dia anterior e na data da reunião, realizaram uma reunião com todos os representantes regionais e com a diretoria, solicitando que cada município começasse a fazer uma prévia do que será o seu plano de vacinação, considerando os critérios definidos pelo Governo do Estado: acima de 60 anos, profissionais de saúde, quantas vacinas cada um precisaria, quantos postos de vacinação teria, quantos postos volantes, estavam se organizando para fazer uma web conferência para apoiar os municípios na elaboração do plano, conversariam com a Secretaria para elaborarem juntos, que considerando o cenário atual entendiam que o plano seria realizado em janeiro, que haveria a necessidade de trabalharem em sintonia e que o do Dr. Geraldo é do Centro de Contingência e comunicaria qualquer mudança. Ressalta quanto às responsabilidades do Estado de fornecer a vacina, a seringa, a agulha e o impresso de comprovação e dos municípios montarem os postos, aplicarem a vacina, registrarem com apoio financeiro de 2 reais por habitante e que no primeiro trimestre de 2021, se tivessem mudança, teriam que monitorar, porque nenhum município consegue elaborar um plano de uma semana para outra, que alguns municípios teriam que contratar trabalhador temporário, arrumar salas para montar os postos volantes e em algum lugar talvez alugar espaço para colocar os insumos, que precisam de tempo e que o Dr. Geraldo estava se comprometendo junto aos municípios para a etapa preparatória da campanha.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo deixa consignado que pediram no dia anterior aos representantes regionais e no dia da reunião para a diretoria do COSEMS, tendo em vista que a partir de janeiro do próximo ano, 62% dos municípios seriam trocados ou não foram reeleitos, que seriam gestões novas, pediram para que todos os municípios deixassem um plano preparado para o combate ao Covid e para a vacinação ainda em 2020, para que quem chegasse em janeiro, pois todos sabiam que com a troca de gestão pode ocasionar perda técnico-administrativa significativa no processo. Menciona que o governador se comprometeu também a alertar os prefeitos deste compromisso para cada município já preparar o plano de vacinação.

V. INFORMES

1. Situação atual dos funcionários da SUCEN e discussão de como vão ficar as ações da Superintendência com a extinção da mesma.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP, informa que a situação atual dos funcionários da SUCEN é a mesma, do ponto de vista prático, nenhum movimento aconteceu e o que se tem feito é organizar as estratégias, principalmente de absorção das atividades da SUCEN pela SES e principalmente no âmbito da Coordenadoria de Controle de Doenças – CCD e definindo junto ao governo uma estratégia de descentralização para os municípios, de recursos humanos e móveis que a SUCEN dispõe atualmente para garantir a capilaridade. Coloca que a SUCEN executa as atividades na ponta, portanto, a negociação neste momento é avaliar a eventual possibilidade de dispor destes profissionais que estão nos territórios na tratativa com os municípios para a prestação de serviço, incorporação, ou seja, alguma estratégia que facilite a manutenção da atividade na ponta, atividade mais centralizada e mais estratégica e menos trabalhosa para organizar a forma de internalização. Ressalta que aguarda um estudo sobre a condição funcional de cada funcionário, porque existe um regramento que incide sobre cada categoria a depender do ano em que entrou. Esclarece que será constituído um grupo para iniciar os trabalhos o quanto antes e com o compromisso de que a capilaridade da SUCEN deverá se manter e certamente tem que ser muito discutido com todos sendo atualizados e principalmente unidos aos municípios, para que haja a incorporação de recursos humanos, físicos e para a continuidade dos serviços.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba e 1ª Vice-Presidente do COSEMS/SP ressalta a grande preocupação ao apresentar os dados de dengue na sua cidade, em Araçatuba, portanto, a questão é estar justamente no período de pandemia de não haver a descontinuidade das ações.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP, afirma que se depender do empenho da SES, não haverá descontinuidade. Ressalta que será necessário buscar juntos as soluções que não passará somente pelo Estado, mas necessariamente pelos municípios e garantindo a absoluta continuidade dos serviços.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba e 1ª Vice-Presidente do COSEMS/SP, ressalta a importância da união de todos para discutirem estas situações e os encaminhamentos porque cada região tem a sua peculiaridade.

2. DigiSUS – despacho SEAD/DGIP/MS (0017456437) em resposta ao Ofício CIB nº 72/2020.

Carolina Zanatta, Planejamento/CPS/SES, cumprimenta a todos e informa que o Ministério em resposta ao Ofício CIB 72/2020, encaminhado no mês de outubro/2020 informa que alguns problemas foram solucionados com uma nova atualização do sistema que aconteceu no mês de outubro/2020. Explica que há alguns problemas que não foram solucionados, como por exemplo a série histórica dos indicadores e também o relatório público do sistema e neste ofício, o Ministério coloca um link em que é possível acessar por meio da plataforma SAGE, os planos, as programações e os relatórios de gestão, porém, foram observadas inconsistências. Quanto ao Plano Estadual de São Paulo não está inserido no sistema e na verdade o Plano já existe, inclusive está aprovado pelo Conselho Estadual. Coloca que para o ano de 2021 haverá a prestação de contas de 2020 e nos preocupa, pois, possivelmente os órgãos de controle externo irão buscar informações dentro dessa plataforma oficial que ainda não tem relatório público.

3. Relação de municípios que solicitaram credenciamento de Equipes de Saúde da Família (eSF), Equipes de Atenção Básica(eAB) Equipes de Saúde Bucal(eSB), Agentes comunitários de Saúde(ACS), Gerente de Atenção Básica, UOM e Núcleo de Apoio à Saúde da Família(NASF) e Consultório na Rua(eCR). Portaria nº 1.710, de 08/07/2019 e Nota Técnica 100/2019- CGFAP/DESF/SAPS/MS.

MUNICÍPIO	eSF	eAP		ACS	UOM	eSB		NASF			eCR		
		MOD. I	MOD.II			I	II	I	II	III	I	II	III
CARDOSO	0	1		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CEDRAL	1	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COSMORAMA	1	1		6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VALINHOS	0	15		0	0	15	0	0	0	0	0	0	0

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES, informa a relação dos municípios que solicitam credenciamento de equipe de saúde da família.

4. Situação de Abastecimento:

a. Componente Especializado da Assistência Farmacêutica;

b. Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

a. Componente Especializado da Assistência Farmacêutica;

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, coloca que o compromisso na última CIB de novembro/2020, foi de elaborar um estudo mais aprofundado e detalhado, não só da execução orçamentária com foco no CEAF, mas também de toda a situação dos medicamentos do componente especializado, considerando outras dificuldades de anos anteriores. Afirma que no início do ano/2020, houve problema de desabastecimento e que foi compartilhada uma planilha de A à Z da situação do componente especializado durante uma reunião extraordinária. Apresenta a planilha que está separada por grupo e por desabastecimento, pois, são os medicamentos que atualmente não temos. Comunica que em linhas gerais, tem noventa por cento dos itens abastecidos, com quinze itens ainda em situação de desabastecimento que está numa planilha detalhada. Coloca as dificuldades em relação aos pregões, a entrega do fornecedor e a matéria prima. Solicita a todos que observem as planilhas e afirma que a ideia foi trazer transparência para essa situação e entre as ações que vem sendo feito de sensibilizar fornecedor para entregar. Esclarece que o dinheiro para os medicamentos está reservado, o próprio Secretário Dr. Jean está acompanhando semanalmente todos os acontecimentos, ele tem ligado pessoalmente para algumas empresas, no sentido que se consiga reabastecer. Diz que todos na CEAF estarão à disposição para qualquer esclarecimento.

Brigina Kemp, COSEMS/SP, comenta que os dados apresentados, em regra geral estão de acordo com a análise elaborada pelo COSEMS, que mostra claramente um grau de incerteza razoável em pelo menos metade dos itens do CEAF do grupo 1b e do grupo 2, há uma incerteza grande porque depende do desempenho dos fornecedores, do processo de aquisição, da fase que está o processo de aquisição e do sucesso dessa aquisição, em outras oportunidades foi discutido no próprio Conselho Estadual de Saúde, que o entendimento do COSEMS, é que a raiz do problema está relacionada ao processo da execução orçamentária da CAF, ou seja, a liberação de cotas de recursos tardiamente que fazem com que sempre na virada do ano, do final do ano para o começo do ano seguinte, tenha uma baixa execução orçamentária, que vai crescendo ao longo do ano e no final do ano aumenta e volta a diminuir de novo no começo do ano, tanto pela liberação de cotas quanto pela própria dinâmica da execução orçamentária, fazendo o resto a pagar incidir no ano seguinte. Ressalta que com o resto a pagar muito alto, esta dinâmica da análise feita pelo Cosems com a planilha apresentada pela CAF, absolutamente transparentes e agradecemos por terem disponibilizado todas as informações, mas ela mostra que não houve alteração já nos dois anos que se discute este cenário, não houve alteração do modo como se faz execução orçamentária da CAF, portanto, além do esforço que a CAF faz para

conseguir adquirir e para além das dificuldades de mercado, que a execução orçamentária possa ser revista em termos de cotas, em tempo hábil.

Aparecida Linhares Pimenta, Secretária Executiva do COSEMS/SP, pergunta qual tem sido o percentual de execução orçamentária do recurso da assistência farmacêutica nos últimos três anos? Se é sempre abaixo?

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, esclarece que o esforço é grande com a equipe para abrir o detalhamento e demonstrar a todos que este ano de 2020, apesar de ser atípico por conta da pandemia, existe um volume de licitações que tiveram que ser repetidas e quando elas acontecem no final automaticamente existe no portal da transparência restos a pagar de outros anos. Ressalta que o compromisso será de ter cuidado para que ocorra o mínimo de desabastecimento possível e trabalhar com as equipes internas da CAF, para que em 2021 se encontre outra forma de liberação de cotas para assistência farmacêutica.

b. Componente Básico da Assistência Farmacêutica;

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, explica que em relação ao programa Dose Certa não houve alteração significativa do cenário da última reunião da CIB em novembro/2020. Diz que foram comprados cinco itens que serão entregues no cronograma, são entregas parciais destes laboratórios e os outros itens com problemas foi pactuado a transferência em recurso através da Resolução SS nº143. Esclarece que a CGOF informou que o dinheiro será depositado nas contas dos municípios no dia 14/12/2020.

5. Ofício nº 689/2020/DRAC/SAES/MS em resposta ao Ofício CIB 70/2020.

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, apresenta Ofício nº 689 da SAES, em resposta ao Ofício CIB 70, referente à recomendação da Consultoria Jurídica de formalizar o Ministério se aprovava formalmente o acerto financeiro pelo teto Mac, portanto, este ofício nº 689, afirma que é possível ser feito e por intermédio da Secretaria de Estado conforme proposto.

6. Ofício nº 3.501/SCTIE/GAB/MS em resposta ao Ofício CIB 59 – desabastecimento medicamento para Hanseníase.

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, lembra que no mês de agosto/2020, foi encaminhado ao MS, um ofício CIB solicitando providências, referente à situação crítica do multibacilar adulto e da clofasemina.

Informa que a resposta do MS, (Ofício nº 3.501) será divulgado na íntegra para a rede, pois, ele traz o seguinte relato: o Multibacilar está regularizado a importação, entretanto, aguardando a liberação dos lotes pela Anvisa. Acrescenta que não se tem o multibacilar adulto e a última cota enviada, supria até outubro/2020. Informa que o Ministério da Saúde emitiu uma nota técnica onde orienta que até três meses de interrupção do tratamento é tolerável para estes pacientes e que após a interrupção desses três meses, a situação se agrava. Conclui que a situação continua crítica e será divulgado na rede, que não tem previsão de restabelecimento e que esse tempo para os nossos pacientes no Estado de São Paulo vence no início de fevereiro/2021.

Elaine Maria Giannotti, assessora do COSEMS/SP, comenta que não está sob a nossa governabilidade esta questão da importação destes medicamentos estratégicos, mas é o que o país passa em todos os locais, se os laboratórios públicos estatais produzissem medicamentos que não tem interesse comercial, como é o caso da hanseníase, teríamos alguma independência tecnológica. Acredita que o momento é bem oportuno para solicitar que este assunto seja uma pauta nos próximos meses. Coloca que se poder discutir já que a FURP não será extinta, qual é o papel em Saúde Pública que a FURP deveria assumir no Estado de São Paulo.

7. Nota Informativa conjunta – Orientações sobre investigação de reinfecção COVID-19.

Tatiana Lang D'Agostini, Diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica – CVE/CCD/SES, informa que tendo em vista o que foi divulgado pelo estado do Rio Grande do Norte, do possível primeiro caso confirmado no país de reinfecção por Covid 19, foi elaborado um documento que será publicado no dia 11/12/2020, referente às orientações sobre a investigação de casos suspeitos de reinfecção por Covid 19, para os municípios e para as vigilâncias municipais e regionais.

8. Falta de genotipagem do vírus da Hepatite C e uso de medicamento pangentípico.

Tatiana Lang D'Agostini, Diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica – CVE/CCD/SES, informa sobre a falta de genotipagem do vírus da hepatite C, que é utilizada para decidir qual o tipo de tratamento que o paciente deve receber. Coloca que até o momento como não tem essa genotipagem, os pacientes que ainda não tem o diagnóstico pelo genotipo, utilizam o medicamento pangentípico. Esclarece que há o pregão aberto de uma empresa que faz desde a coleta e o transporte até a execução deste teste. Informa ainda que outro problema

existente é a falta da genotipagem do vírus do HIV e ele é utilizado para avaliar os pacientes em relação aos casos de resistência.

Alexandra Mariano Fidêncio, Coordenadora da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica CAF/SES, diz que em relação a falta de genotipagem, informa que foi realizada no dia 10/12/2020, uma webconferência com os GVES, com alguns NAFS, algumas farmácias e o COSEMS para divulgar a Nota Técnica, que já está pronta, porque é uma situação de impacto na avaliação, na autorização e na disponibilização desses medicamentos de hepatite C nas unidades e nos municípios também que atendem os pacientes.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, pergunta se o pagamento, do Qualis Mais, o PAB estadual e a glicemia do último trimestre, poderia ser realizado ainda em dezembro.

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES responde que a previsão de pagamento do Dose Certa será amanhã 11/12/2020, a glicemia, o PAB e o Qualis Mais, dia 14/12/2020 e residência terapêutica foi pago no dia 08/12 e 09/12.

Dr. Eduardo Ribeiro Adriano, Secretário Executivo da SES/SP agradece a Deus por estar novamente na Secretaria de Estado da Saúde e a oportunidade de voltar em um momento importante da Saúde e do SUS. Agradece a todos os presentes por compartilhar da companhia e do esforço coletivo. Deseja a todos um Feliz Natal e Ano Novo.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, agradece a parceria da Secretaria de Estado da Saúde, a equipe de assessores do COSEMS/SP, os Secretários municipais de Saúde. Deseja a todos um Natal e Ano Novo com muita saúde.

Jovana T. C. Mascarenhas, SE/CIB/CPS/SES, agradece a presença de todos e deseja um Feliz Natal e um Feliz Ano Novo e parabeniza o trabalho e o esforço de todos os trabalhadores da saúde e dá por encerrada a reunião.